



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT**

Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

**Licença de Operação Provisória**

**LOP Nº: 12053/2019**

**VÁLIDA ATÉ: 22/10/2022**

**PROCESSO Nº:** 197206/2019

**DATA DE PROTOCOLO:** 30/04/2019

A **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.

**DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO**

Prefeitura Municipal de Itanhangá - Área de recebimento de RCC Classe A

**ATIVIDADE LICENCIADA:**

ÁREA DE RECEBIMENTO E ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - CLASSE A

**LOCALIZAÇÃO:**

Frente com Praça da União, fundo com Av. Mato Grosso, lado direito com A. Dep. José Geraldo Riva, lado esquerdo com Av. Rio Grande do Sul, sn, Centro  
Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 56:38:28,04 - S: 12:13:57,88

**MUNICÍPIO:**

Itanhangá

**CEP:**

78579-000

**NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CNPJ/CPF: 07.209.225/0001-00

**ATIVIDADE PRINCIPAL:**

Administração pública em geral

**RESTRIÇÕES:**

Este licenciamento é provisório, destinado apenas a uma área para desenvolver o recebimento, armazenamento temporário, triagem e transbordo de resíduos de construção civil e material lenhoso para serem utilizados em obras públicas no município de Itanhangá -MT, não sendo permitido o aterramento de resíduos e nem o armazenamento de resíduos perigosos.

Atender as demais restrições contidas no processo de licenciamento e na legislação em vigor;

É obrigatória a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida.

**DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:**

- Conforme Parecer Técnico nº: 129859/CPLRS/SUIMIS/2019

LOCAL E DATA	Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos	Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços
Cuiabá - MT, 22/10/2019	 Lilian Ferreira dos Santos	 Valmi Simão de Lima

*Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização*



Parecer Técnico	
Análise da solicitação de LOP.	
PT Nº: 129859 / GGRS / CPLRS / SUIMIS / 2019	Processo Nº: 197206/2019 Data do Protocolo: 30/04/2019

## INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

### Interessado

- **Nome / Razão Social:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
- **CPF/CNPJ:** 07.209.225/0001-00
- **Endereço:** AMM(Associação Matogrossense dos Municípios), Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº3920, CPA. - CEP: 78779-000
- **Município:** Itanhangá - MT

### Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- **Denominação:** Prefeitura Municipal de Itanhangá - Área de recebimento de RCC Classe A
- **Localização:** Frente com Praça da União, fundo com Av. Mato Grosso, lado direito com A. Dep. José Geraldo Riva, lado esquerdo com Av. Rio Grande do Sul, sn, Centro - CEP: 78579-000
- **Município:** Itanhangá - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 56:38:28,04 - S: 12:13:57,88

### Responsável Técnico:

- **Nome / Razão Social:** GUSTAVO HENRIQUE FONCECA
- **Formação:** Engenheiro Ambiental - CREA : MT028948

### Atividades Licenciadas:

Não foi associado roteiro a este processo.

## ANÁLISE TÉCNICA

### 1. PROJETO PROPOSTO

O projeto tem como objetivo apresentar os documentos e informações técnicas necessárias para obtenção da Licença de Operação Provisória para uma **Área de recebimento e armazenamento temporário de resíduos de construção civil – Classe A, localizada no Município de Itanhangá - MT.**

### 2. HISTÓRICO DO PROCESSO

Em 30/04/2019 foi solicitado junto a SEMA-MT a Licença de Operação Provisória para uma Área de recebimento e armazenamento temporário de resíduos de construção civil – Classe A, localizada no Município de Itanhangá - MT., conforme processo nº. 197206/2019.

Em 27/09/2019 foi emitido o Ofício nº. 147937/2019 referente às pendências encontradas na análise de solicitação de LOP.

Em 07/10/2019 conforme documento n°. 492599/2019 apresentaram o cumprimento das pendências da solicitação de LOP.

### 3. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

#### 3.1 CONFERÊNCIA DOCUMENTAL

Os documentos apresentados pelo(a) interessado(a) foram analisados e conferidos quanto a sua forma e atendimento ao roteiro orientativo, não consistindo em atribuição do órgão ambiental atestar a veracidade destes, sendo responsabilidade da requerente e do responsável técnico a autenticidade dos mesmos. As informações processuais foram fornecidas pela responsável técnico do processo Engenheiro Ambiental Gustavo Henrique Fonseca, ART n°. 3153085. **Foram apresentados a SEMA-MT os seguintes documentos para a solicitação de LOP:**

- Requerimento padrão SEMA-MT solicitando a LOP;
- Procuração da Prefeitura passando poderes para o Eng. Ambiental Gustavo Henrique Fonseca;
- Declaração de Uso e Ocupação do Solo;
- Cadastro Técnico do Eng. Ambiental Gustavo H. Fonseca;
- CNPJ do requerente;
- Certificado de posse do Prefeito Edu Laudi Pascoski;
- Cópia dos documentos pessoais do prefeito;
- ART n°. 3153085 do Engenheiro Ambiental Gustavo H. Fonseca para o licenciamento ambiental e plano de controle ambiental;
- Publicação no jornal local e diário oficial da solicitação de LOP;
- Declaração de não haver bens acautelados no IPHAN na área solicitada, assinada pelo Eng. Ambiental Gustavo H. Fonseca;
- Imagem com as distâncias de unidades de conservação;
- Plano de Controle Ambiental para solicitação de LOP;
- Fluxograma operacional;
- Mapa de Localização;





- Carta Imagem com coordenadas geográficas;
- Croqui de acesso com as distancias de cursos de água.
- Cumprimento das pendências levantadas na análise;
- Cópia da LP e LI da obra a qual a LOP será vinculada;
- Cópia do Parecer Técnico da SEMA-MT favorável a obra de infraestrutura a qual a LOP será vinculada.

### 3.2 LOCALIZAÇÃO GEOREFERENCIADA

A área está localizada próxima a Praça da União, fundo com a Av. Mato Grosso, lado direito com a Av. Deputado José Geraldo Riva e lado esquerdo com a Av. Rio Grande do Sul, área urbana do Município de Itanhangá-MT. O empreendimento está situado nas seguintes coordenadas geográficas: 12°13'57,88" S - 56°38'28,04" W.

### 3.3 ANÁLISE TÉCNICA DA SOLICITAÇÃO DE LOP:

O presente parecer técnico trata-se da análise do requerimento de Licença de Operação Provisória, solicitada pela Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT., para uma área de recebimento e armazenamento temporário de resíduos de construção civil Classe A – Inertes (resíduos não perigos).

Conforme descrito no processo a área será utilizada para a destinação de solos removidos nas atividades de construção, reformas e reparos de estradas e pavimentações, bem como, por aqueles resultantes da remoção de vegetação (gramíneas e solo orgânico) e escavação de solos, por tratarem-se de materiais homogêneos, os mesmos deverão ser reutilizados na regularização e terraplanagem de estradas, terrenos e outros no município de Itanhangá-MT. A área do terreno que receberá os resíduos de construção civil classe A será de 12.465,87 m<sup>2</sup>. Conforme exposto no processo o terreno é plano e não possui vegetação e está distante de corpos hídricos.

De acordo com o projeto a segregação dos resíduos será feita nos locais de origem dos resíduos, logo após a sua geração. Para isso serão feitas pilhas próximas e esses locais e que posteriormente serão transportadas adequadamente para área licenciada para o armazenamento temporário. Os resíduos armazenados temporariamente serão reutilizados em obras públicas.

De acordo com o Engenheiro Ambiental Gustavo H. Fonseca e documentos apresentado esta área servirá para receber e armazenar os resíduos provenientes de obras de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais de diversas ruas do perímetro urbano, para posteriores usos em reocupação e terraplanagem de ruas estradas e terrenos. A área destinada ao recebimento e armazenamento temporário de Resíduos de Construção Civil não terá nenhum tipo de instalação permanente e nem escavação ou aterramento, apenas será instalada cerca de isolamento. Após a utilização da área de armazenamento temporário a prefeitura se

comprometeu em deixar a área limpa e sem acúmulo de resíduos.

O solo do terreno deve ser compactado e deverão realizar medidas para o não acúmulo de água na área.

A atividade avaliada para expedição da LOP refere especificamente a uma área para desenvolver o recebimento, armazenamento temporário, triagem e transbordo de resíduos de construção civil e material lenhoso para serem utilizados em obras públicas no município de Itanhangá-MT. Não sendo permitido o aterramento de resíduos na área e nem a deposição de materiais perigosos. Foi apresentada a cópia da Licença de Instalação nº. 70138/2019 para atividade de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais para Prefeitura de Itanhangá, a qual esta vinculada a presente solicitação de Licença de Operação Provisória.

### 3.3.1 Avaliação da Licença Operação Provisória - LOP:

De acordo com análise do projeto e documentos apresentados, ART nº. 3153085 do Engenheiro Ambiental Gustavo H. Fonseca responsável pelo plano de controle ambiental e declaração de uso e ocupação do solo expedido pela prefeitura de Itanhangá-MT, constatamos que a área está adequada para desenvolver a atividade solicitada, sendo assim, opinamos pelo **deferimento da Licença de Operação Provisória requerida**.

## 4. CONCLUSÃO

Concluimos, após análise do processo que **somos favoráveis à emissão da Licença de Operação Provisória** para a área de recebimento e armazenamento temporário de resíduos de construção civil – Classe A, para posteriores usos em obras públicas, sendo a requerente a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT.

Cabe esclarecer que a SEMA-MT não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de controle ambiental aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.

Insta salientar que a análise técnica se baseou nas informações apresentadas no projeto, pelo Responsável Técnico, documentadas com ART e que as mesmas são de sua inteira responsabilidade.

## 5. CONDICIONANTES DE VALIDADE

5.1 O presente Parecer refere-se à aprovação da Licença de Operação Provisória vinculada a Licença de Instalação nº. 70138/2019 para atividade de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais para Prefeitura de Itanhangá com validade até 17/06/2025. Não sendo permitido o aterramento de resíduos na área e nem o armazenamento de resíduos perigosos.



A área autorizada tem o caráter temporário. Ao final da atividade a área deve estar limpa e sem contaminação.

5.2 Elaborar e apresentar **anualmente** um relatório de monitoramento ambiental com as informações ambientais pertinentes a atividade, controle de entrada e saída de resíduos, destacando as condições do empreendimento, do gerenciamento dos resíduos e do sistema de controle de poluição, indicando possíveis não conformidades e ações corretivas, com farta documentação fotográfica;

5.3 Fica a presente licença automaticamente suspensa, independentemente de qualquer ato administrativo por parte desta Secretaria, caso expire o prazo de validade das demais licenças emitidas por outros entes da Administração Pública, seja, municipal, estadual ou federal, que fazem parte da instrução do processo a que está se vincula. Somente com a juntada nos autos de novo documento que será restaurada a validade ora emitida;

5.4 Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pelo empreendimento, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

5.5 Submeter previamente a SEMA para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação na atividade que venha a alterar a condição original.

5.6 A renovação tácita de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente, conforme Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

5.7 A SEMA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário;

5.8 A SEMA reserva-se no direito de revogar a presente licença no caso de descumprimento de suas condicionantes, exigências, restrições ou de qualquer ação que fira a legislação ambiental vigente, assim como, a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiam a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais e de saúde. Art. 19 da Resolução CONAMA n.º 237/97;

5.9 Apresentar os resultados do monitoramento compilados das análises efetuadas em formato Excel e digital. Os laudos deverão ser de laboratórios em conformidade com a legislação e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises acompanhada da respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART. Caso os laudos ultrapassem os padrões estabelecidos na legislação vigente, deverá ser apresentado projeto de controle ambiental, acompanhado de cronograma executivo;

5.10 A empresa deverá informar quando ocorrer encerramento da atividade no local, enviando, juntamente com esta informação o relatório técnico final e parecer do responsável técnico quanto ao impacto da atividade na área e existência de passivo ambiental, bem como as ações a serem tomadas.

5.11 A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final/disposição de resíduos não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos/rejeitos;

5.12 Recomenda-se que, de acordo com a Lei Federal Nº 12.305/2010, os resíduos recicláveis



gerados sejam destinados prioritariamente a cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, desde que essas possuam licença ambiental vigente;


5.13 No caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração de seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento da respectiva condicionante.

5.14 Esta licença não produz efeitos jurídicos de cessão e/ou aquisição sobre direito de posse e direitos reais como: de propriedade (uso, gozo e disposição), de superfície, de usufruto, de servidão, de habitação, de uso, de penhor, de hipoteca, de anticrese e direito do promitente comprador de imóvel; bem como demais direito inerentes à propriedade móvel e imóvel sobre a área e bens delimitados e discriminados nesta licença; nem mesmo direito adquirido, produzindo somente efeitos jurídicos nos limites da legislação ambiental e de competência da SEMA dentro de seu poder de polícia preventivo e repressivo.

Cuiabá - MT, 18 de outubro de 2019



Imagem 01 - Área de armazenamento temporário de RCC.

  
Edilson Marques da Silva  
Analista de Meio Ambiente  
SEMA/MT